

**UM MERCADO ENTRE DOIS IMPÉRIOS:
A ABERTURA DOS PORTOS E O COMÉRCIO
BRITÂNICO NO BRASIL SOB A VISÃO DE UM
CÔNSUL ESTADUNIDENSE.**

Pedro Henrique de Mello Rabelo

Bacharel em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Mestrando em História e Bolsista da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPP) da UFOP.
e-mail: pedro_mellorabelo@yahoo.com.br

&

Cláudia Maria das Graças Chaves

Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) - Professora Adjunta da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).
e-mail: claudiachaves@uol.com

RABELO, Pedro Henrique de Mello & CHAVES, Cláudia Maria das Graças. Um mercado entre dois impérios: a abertura dos portos e o comércio britânico no Brasil sob a visão de um cônsul estadunidense. *albuquerque* – revista de história. vol. 8, n.º 15. jan.-jun./2016, p. 67-88.

Resumo: O presente trabalho articula os conceitos de *metrópole*, *colônia*, *império* e *sistema colonial* com o fim de verificar a razoabilidade da ideia de que o Brasil tenha tornara-se uma colônia do *império informal* da Grã-Bretanha após a transferência da corte lusa para o Rio de Janeiro. Alguns autores acreditam que a abertura dos portos e os tratados comerciais de 1810 constituíram-se como uma forma de dominação informal do Império britânico sobre o Brasil via comércio. No entanto, a correspondência de um cônsul dos Estados Unidos enviado a Salvador em 1808 evidencia um frágil conhecimento dos negociantes britânicos sobre o mercado do Brasil, o que recharacteriza os relacionamentos comerciais anglo-brasileiros do início do século XIX e põe à prova a argumentação de que os privilégios mercantis garantidos aos britânicos no Brasil tenham contribuído para a ruptura político-econômica do império português.

Palavras-chave: liberalização comercial; mercado; sistema colonial.

Abstract: The present work articulates the concepts of metropolity, colony, empire and colonial system in order to verify the reasonableness of the que idea that Brazil has become a colony of Britain's informal empire after the transfer of the Lusitanian court to the Rio de Janeiro. Some authors believe that the opening of ports and the commercial treaties of 1810 constituted itself as a way of informal domination of Britain Empire in Brazil toward trade. However, the correspondence of an American consul sent to Salvador in 1808 shows a fragile knowledge of the British traders on Brazil's market, which has changing the characterization of the English-Brazilian commercial relationships in the early 19th century and put to the test the argument that the commercial privileges of the British in Brazil have contributed to an political-economic rupture at the Portuguese Empire.

Key-words: commercial liberalization; market; colonial system.

Entre metrópoles, colônias e impérios

Pode-se entender mais profundamente o que Fernando Novais chamou de *Antigo Sistema Colonial*¹ por meio da ideia de que determinados movimentos políticos ocorridos em fins do século XVIII e inícios do XIX, tais como as conjurações mineira ou baiana, e até o próprio processo de independência do Brasil, não tinham, necessariamente, uma ligação direta com intenções separatistas. Ao contrário, como mostraram István Jancsó e outros autores², muitos desses movimentos instavam por uma *regeneração* político-econômica do Império português, em que se instava mais por uma reconfiguração dos papéis da *metrópole* portuguesa e da *colônia* americana, que pela desconstrução do *império* que as unia³.

É preciso, portanto, articular as ideias de *império* e de *sistema colonial*. Ambas são centrais para a compreensão dos relacionamentos entre Portugal e Brasil, sobretudo no período posterior à transferência da sede da monarquia lusa em 1808. Afinal, da relação dessas ideias surge uma dúvida: um *império* – como o português – devia sua existência ao *sistema colonial* ou o *sistema colonial* só se formava com a consolidação do *império*?

Maximiliano Menz, compreendendo o conceito de *império* a partir da ideia do domínio político da monarquia sobre determinado território, acredita que o *sistema colonial* é imanente ao *império*, ainda que não em todas as suas manifestações. Isso é, apesar de não ser o único elemento importante, o território dominado politicamente se faz necessário ao funcionamento do *pacto colonial* e, portanto, o *império* precederia o *sistema colonial*. Esse pensamento do autor serviu para que ele sustentasse sua própria tese sobre a formação do Rio Grande.

¹ NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

² JANCÓS, István (org). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005.

³ GONÇALVES, Andréa Lisly. Aspectos da história e da historiografia sobre o Brasil e Portugal das primeiras décadas do século XIX. In.: *História da Historiografia*. Ouro Preto, n. 10, dezembro de 2012, p. 32-53.

Conquistar o extremo-sul e fazer comércio – incorporar ao Império e ao sistema colonial – eram os problemas mais elementares da metrópole com relação à região. E esta parece ser a maneira correta de responder ao debate entre as matrizes historiográficas riograndenses, afinal é só depois da conquista do território, de sua organização política e da formação de um ‘mercado criador de preços’ que o Rio Grande pode ser encarado como uma entidade – portuguesa – minimamente autônoma; antes de 1777 era apenas uma fronteira, muito mal definida, entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires⁴.

A principal contribuição do autor é o equilíbrio conferido por ele entre a importância do domínio político e do comércio. Pelo trecho da tese, pode-se compreender que para que uma *metrópole* mantivesse seu domínio sobre determinado território, ela precisava garantir dois elementos: 1) seu poderio político sobre ele e; 2) uma ligação econômica forte, seja via um sistema fiscal, seja via manutenção de um fluxo comercial, por exemplo. Em outras palavras, a *metrópole* precisava garantir seu controle político e econômico sobre a *colônia*. E a falta de um ou outro elemento, portanto, afrouxaria o *pacto colonial*.

Apesar disso, o equilíbrio entre os domínios político e econômico como requisito ao fortalecimento do *pacto colonial* ainda não é um consenso na historiografia. De acordo com a interpretação de alguns autores, no período da transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, não só se observa o fim do *sistema colonial* português na América, como a existência de relações politicamente desequilibradas entre a Grã-Bretanha, Portugal e o Brasil. José Jobson de Andrade Arruda, por exemplo, acredita que os acordos da convenção secreta de 1807, que regularam a possibilidade da transferência da sede da monarquia para o Brasil, tenham atendido, sobretudo, a interesses exclusivos de negociantes do Império britânico. Para o autor, a transferência tinha como único fim a abertura dos portos brasileiros às mercadorias britânicas. Arruda explica que o Foreign Office ameaçava – inclusive militarmente – o governo português, que também acuado pela ofensiva napoleônica, não teve outra escolha se não aceitar os acordos propostos pelos britânicos e mudar a corte para o Brasil.

A abertura dos portos brasileiros, decretada pela carta régia de 28 de janeiro de 1808, bem como os eventos anteriores e posteriores que a envolvem; a dinâmica transferência da Corte portuguesa, em 1807, e os tratados comerciais, de 1810, são partes inarredáveis de um mesmo processo em que a Metrópole portuguesa e a Colônia brasileira são figurantes rendidos, em que o locus do poder decisório, das

⁴ MENZ, Maximiliano M. **Entre dois impérios: formação do Rio Grande na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1822)**. 2006. 308 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 17.

determinações históricas essenciais situa-se fora da colônia e para além dos limites do próprio Império português, pois se aloja no Foreign Office, no coração político do Império Britânico⁵.

Na esteira dos pensamentos de autores como Caio Prado Júnior e Fernando Novais, Arruda também dialoga com a ideia de que havia um sistema econômico central, situado no continente europeu, ao redor do qual girava o Brasil em sua condição colonial. Para esse grupo de historiadores, “*o sentido da colonização*” do Brasil, portanto, assentava-se fundamentalmente no fornecimento de gêneros à Europa e, por isso, os relacionamentos entre a *metrópole* e a *colônia* baseavam-se em uma relação de sujeição comercial da segunda em relação à primeira.

(...) se vamos à essência de nossa formação veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros (...) e em seguida café, para o comércio europeu (...). É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem de interesse daquele comércio, que se organizaram a sociedade e a economia brasileiras⁶.

Isso não significa que esses autores tenham desconsiderado por completo a importância do domínio político das metrópoles sobre suas colônias. Mas eles buscaram destacar os elos econômicos existentes em suas relações, baseados, sobretudo, no comércio exterior. Segundo essa interpretação, a integridade do *império* não dependia apenas da prévia conquista política de determinada região, tampouco da instalação do *pacto colonial* sobre ela, mas sim da garantia da manutenção do *exclusivo colonial*, o qual garantia à metrópole um bom controle sobre o comércio externo colonial, uma vez que se pressupõe uma relação amistosa entre as elites mercantis metropolitanas e coloniais.

Essa articulação entre a relação *metrópole-colônia* e o comércio externo parece ser inquestionável. Afinal, mesmo os autores, que como João Fragoso, criticaram as abordagens realizadas por Caio Prado Júnior e Fernando Novais, ratificaram a forte conexão que o comércio externo representava para as relações entre a metrópole

⁵ ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros (1800-1808)**. Bauru, SP: EDUSC, 2008, p. 13.

⁶ PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1977, p. 31-32.

portuguesa e sua colônia americana.⁷ E é, possivelmente, esse poder articulador do comércio externo, sobretudo quando controlado pelo *exclusivo colonial*, o que representa para Arruda, assim como representava para Novais, o mais importante elo existente entre o *império* e o *sistema colonial*. O *pacto colonial*, e em especial o *exclusivo* por ele regulado, é o que dava forma ao *império*. Em última instância, por essa interpretação, manter o monopólio sobre o comércio da colônia, limitando seus relacionamentos externos e reexportando suas produções, é o que representava, para a *metrópole*, a efetivação de seu domínio político e a garantia de sua integridade territorial.

Por isso, para Arruda, a abertura dos portos do Brasil e a ratificação do tratado de amizade, comércio e navegação com o Império britânico de 1810 representam os primeiros indícios de desintegração do império português. Para o autor, o processo resultou em um distanciamento da colônia em relação à órbita do *pacto colonial* português, passando a girar em torno de outro centro mercantil, o britânico.

É essa ideia que abre espaço para a noção de *império informal*, que se daria quando uma *metrópole* lançasse mão de outros meios para dominar uma *colônia* – entre eles o controle sobre o comércio –, prescindindo do domínio político formal. Mas, se isso for plausível, é possível dizer que, com a abertura dos portos, o Brasil tenha se tornado uma colônia do *império informal* da Grã-Bretanha?

Os sentidos da liberalização do comércio do Brasil para o Império português

De acordo com Valentim Alexandre⁸, em inícios dos Oitocentos nem toda manufatura era considerada como tal em Portugal, pois o *status* de *produções das fábricas do reino* ficava restrito às produções manufatureiras assim reconhecidas. Portanto, muitas das produções *protoindustriais* portuguesas, entre elas tecidos e ferramentas, eram contabilizadas nas *Balanças de Comércio* como sendo reexportações de Portugal ao Brasil, o que aumentava o valor e o volume das produções estrangeiras frente às portuguesas no geral das importações feitas pelo Brasil⁹. Alexandre explica que Arruda não se atentou a

⁷ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, 1790-1840.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 25-59.

⁸ ALEXANDRE, Valentim. **Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português.** Porto: Edições Afrontamento, 1993.

⁹ Idem. p. 30.

isso, o que acabou interferindo sobre as suas conclusões acerca do sentido do comércio colonial do Brasil para a economia portuguesa¹⁰. Alexandre também reconhece a importância do Brasil para a economia portuguesa, mas frisa que o comércio dos produtos coloniais do Brasil ocupava um lugar pouco abaixo do que Arruda estimara.

Para Alexandre, os produtos coloniais do Brasil representavam cerca de 65% do total das exportações de Portugal entre 1796 e 1807, sendo a maior parte – 95% – representada pelas seis principais produções brasileiras, a saber, o açúcar, o algodão, os couros, o tabaco, o cacau e o café¹¹. Com isso o autor quis sublinhar que boa parte das exportações portuguesas – 35% – não eram produções do Brasil, incluindo-se aí gêneros negociados exclusivamente nos portos portugueses, tais como vinho, sal, têxteis, ferramentas, entre outros¹².

Alexandre, no entanto, não foi o único autor a ter observado isso. Jorge Martins Ribeiro explica que, mesmo após a liberalização do mercado do Brasil em 1808, a exportação de vinho, sal e até a de alguns gêneros do Brasil, continuaram tendo bom desempenho nas exportações portuguesas, tanto para regiões europeias – especialmente a Espanha e Hamburgo –, quanto para os Estados Unidos¹³. Em suma, Alexandre e Ribeiro mostram que a liberalização do comércio do Brasil teve impactos específicos sobre o comércio externo português, já que não significou nem a aniquilação das trocas mercantis luso-brasileiras, nem a extinção das funções das praças mercantis portuguesas como reexportadoras de gêneros do Brasil.

No que se refere ao âmbito interno do Império luso-brasileiro, a liberalização do comércio do Brasil não significou o fim da posição privilegiada dos comerciantes portugueses na colônia americana. Eles continuaram movimentando o comércio naval de cabotagem – vetado aos estrangeiros –, o mercado de seguros e boa parcela do tráfico atlântico de escravos¹⁴, o que significa que os portugueses – e os brasileiros – mantiveram

¹⁰ ARRUDA, José Jobson de Andrade. **O Brasil no comércio colonial**. São Paulo: Ática, 1980.

¹¹ ALEXANDRE, Valentim. Op. cit., 1993, p. 34.

¹² Idem. p. 58.

¹³ RIBEIRO, Jorge Manuel Martins. **Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)**. 1997. 1000f. Tese (Doutorado em História Moderna e Contemporânea) - Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 1997. p. 84. Ver também: RIBEIRO, Jorge Manuel Martins. Sal português para as Américas: exportações para os Estados Unidos nos finais do século XVIII e inícios do século XIX. In.: **I Seminário Internacional sobre o sal português**. Instituto de História Moderna da Universidade do Porto, 2005. pp. 311-326.

¹⁴ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O comitê de 1808 e a defesa na corte dos interesses ingleses no Brasil. Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. **Mneme - Revista de Humanidades**, UFRN, Caicó (RN), v. 9, n. 24, set./out. 2008. p. 7. Ver também: SILVA, Camila Borges. Uma perspectiva atlântica: a circulação

suas atividades mercantis em alguns dos mais importantes setores do mercado interno do Brasil¹⁵. Assim, não é possível afirmar com exatidão que a liberalização do mercado do Brasil foi a responsável pelo agravamento da *crise* do sistema colonial português na América, pois ela não parece ter modificado significativamente a dinâmica de vários setores importantes da economia luso-brasileira, nem em Portugal, nem no Brasil. Isso contraria a ideia de que as *elites* portuguesas incentivaram uma *recolonização* do Brasil em resposta às mudanças ocorridas no comércio externo. E como essa tentativa de *recolonização* teria, na interpretação de Arruda, incentivado projetos separatistas no Brasil, acaba contrariando também a própria leitura de Arruda em relação à *crise* do sistema colonial¹⁶.

Alguns autores da *História Política Renovada* tem sugerido que essa ideia de que as Cortes portuguesas almejavam a *recolonização* do Brasil tenha sido forjada durante o processo de independência, sobretudo por apoiadores do projeto político encabeçado por D. Pedro I. Cecília Salles Oliveira, por exemplo, diz que ao escrever a sua *História dos principais sucessos do Império*, José da Silva Lisboa responsabilizava as Cortes portuguesas, e não a liberalização comercial do Brasil, pela ruptura política do Brasil. Influenciado por Benjamin Constant, Silva Lisboa escreveu que as Cortes tentaram recolonizar o Brasil baseadas em sua ainda “antiga” interpretação da liberdade, privilegiando interesses privados em detrimento do interesse público¹⁷. Já Lúcia Neves, que analisou diversos panfletos políticos do período da independência, explica que as Cortes de Lisboa não tinham como agenda a *recolonização* do Brasil via uma submissão de mercados. Contrariamente, a autora explica que as discussões das Cortes promoviam uma reintegração mercantil do Reino Unido, tornando os mercados de Portugal, Brasil e Algarves melhor protegidos em relação às flutuações do comércio externo¹⁸. Segundo a autora:

de mercadorias no Rio de Janeiro após a transferência da Corte portuguesa para o Brasil (1808-1821). *Navigador*, v. 8, n. 16, pp. 21-34, 2012. p. 30.

¹⁵ FRAGOSO, João Luís. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. p. 180.

¹⁶ARRUDA; José Jobson de Andrade; 1980. p. 669. Ver também: ARRUDA, José Jobson de Andrade. Decadência ou crise do império luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII. *Revista USP*, São Paulo, n. 46, pp. 66-78, junho/agosto 2000. p. 78.

¹⁷OLIVEIRA, Cecília de Salles. **Repercussões da revolução: delineamento do Império do Brasil, 1808-1831**. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil imperial, volume I: 1808-1831**. 2ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 28

¹⁸NEVES, Lúcia M. Bastos. **Estado e política na independência**. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo; op. cit., 2010. p. 124.

Até esse momento, no entanto, embora a ideia de independência já se manifestasse em algumas obras de circunstância, nenhum dos periódicos ou panfletos mencionara tradições brasileiras anteriores para sustentá-la, e raros foram os escritos que fizeram referência a alguma tentativa das cortes de restabelecer o exclusivo econômico colonial como fator decisivo para o separatismo que defendiam. (...) Na realidade, no congresso português, o projeto sobre as relações comerciais entre o Brasil e Portugal, amplamente discutido nas sessões entre abril e julho de 1822, procurava conciliar a satisfação dos interesses produtivos e comerciais da antiga metrópole com a ex-colônia, pretendendo fazer do Reino Unido um único mercado, fortemente integrado e protegido do exterior, mas acabou abandonado, sem nunca ter sido completamente aprovado¹⁹.

Considerando-se que no Brasil, a abertura dos portos e os tratados de amizade, comércio e navegação fizeram parte do processo de liberalização comercial, deve-se retomar a pergunta apresentada anteriormente: é possível dizer que, com a abertura dos portos, o Brasil tenha se tornado uma colônia do *império informal* da Grã-Bretanha?

Não, o Brasil não se tornou uma colônia do *império informal* da Grã-Bretanha

A não ser que se considere *pacto colonial* e *exclusivo colonial* como sendo conceitos equivalentes, ou que o único elo que sustentava a relação entre uma *metrópole* e uma *colônia* fosse o monopólio do comércio da segunda pela primeira; ou mesmo que o comércio ilegal, como a pirataria e o contrabando, fossem inexistentes. A abertura dos portos do Brasil ao comércio externo possibilitou sim a entrada de produtos não-portugueses, sobretudo britânicos, nos portos da América colonial lusa. Mas, definitivamente, não inaugurou o acesso dos colonos a produtos estrangeiros. A pirataria e o contrabando foram recorrentes durante todo o período colonial, o que torna insuficiente a explicação que relaciona a perda do *exclusivo colonial* português sobre o Brasil com a desintegração do *império* luso-brasileiro.

Como apontado no início do texto, recentemente, parte da historiografia estudiosa do tema da independência do Brasil tem apontado que esse processo dialogou mais com um ideal reformador do *império* português, que com um desintegrador, propriamente. O movimento constitucionalista português teve adesão de diversas partes

¹⁹ Idem. p. 125.

do império, entre elas algumas províncias do Brasil como o Grão-Pará e a Bahia. Mais que o alargamento de um sentimento separatista entre *metrópole* e *colônia*, houve tanto no Brasil quanto em Portugal das primeiras décadas dos Oitocentos, uma expansão de reflexões reformadoras acerca da política, da administração e da economia do império português, inclusive no que tange aos relacionamentos mercantis.

Membros importantes da administração portuguesa, entre eles D. Rodrigo e José da Silva Lisboa, defendiam a abertura dos portos do Brasil em prol de uma regeneração da economia lusa, não só por que destacava o já reconhecido protagonismo do Brasil para a economia do império português, mas, principalmente, por que a medida dialogava com ideais reformadores aventados pelo *reformismo ilustrado* e pelo *liberalismo*, que em última instância, corroborariam para uma modernização das estruturas administrativa, política e econômica²⁰.

José da Silva Lisboa não encarava a abertura dos portos como uma ruptura entre a *metrópole* portuguesa e sua *colônia* americana, tampouco como uma concessão de D. João VI aos interesses mercantis da Grã-Bretanha. Para Lisboa, a permissão dada à livre navegação e comercialização no Brasil representava um avanço dos princípios da *economia política* na administração joanina, o que reforçava os laços entre as partes europeia e americana do *império*. Para o economista, outros impérios coloniais, tais como o francês e o espanhol, amargavam inúmeras revoltas em seus domínios justamente por não terem modernizado seus *sistemas coloniais*. Para ele, portanto, a liberalização do comércio das colônias era um elemento necessário à manutenção da integridade do império luso-brasileiro²¹.

Entre os membros da administração, a ideia da transferência da corte para o Brasil era antiga – pensada, por vezes, desde a Restauração em 1640 – e foi retomada com força durante o ministério de Rodrigo de Sousa Coutinho, que defendia, desde 1803, a mudança para a América²². O ministro defendia também mudanças administrativas que equilibrassem o poder político em todo o império, de maneira que todos os súditos portugueses – reinos ou não – mantivessem sua lealdade à monarquia bragantina.

²⁰ MATTOS, Ilmar Rohloff. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. *Forum Almanack Braziliense*, n. 1, pp. 8-26, maio de 2005.

²¹ ROCHA, Antonio Penalves. Economia política e Política no período joanino. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José R. do Amaral (orgs). *História Econômica da Independência e do Império*. 2ª ed. Revista. - São Paulo: Hucitec/ ABPHE/ Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002. p. 29.

²² SCHIAVINATTO, Iara Lis. *Entre histórias e historiografias: algumas tramas do governo joanino*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. Op. cit., 2011. p. 65.

Segundo Ilmar Mattos, o incentivo a esse equilíbrio político reforçaria o *império*, já que tal conceito estava intensamente atrelado à própria centralidade da monarquia. Para Mattos:

(...) a Monarquia definia-se por uma concepção clássica de império. Ela permanecia sendo conformada por uma concepção dinástica, propiciadora e legitimadora a um só tempo de uma organização hegemônica que transcendia os quadros étnicos ou políticos naturais, não necessariamente contíguos no espaço.²³

D. Rodrigo não só simpatizava com essa ideia, como sabia que tal organização hegemônica só seria alcançada se fosse incentivada uma ampliação da concessão de favores do monarca a seus vassallos. E não só aos do reino, mas especialmente, aos que pertenciam a grupos sociais estratégicos espalhados pelas regiões coloniais, tal como era o caso dos negociantes fluminenses envolvidos com o tráfico atlântico. Em relação a esse grupo, por exemplo, a abertura dos portos atendia bem ao propósito, pois, se por uma via permitia aos negociantes da praça do Rio de Janeiro comerciarem diretamente com seus correspondentes no exterior, por outra permitia uma aproximação desse grupo com o poder central, já que comerciar significava envolver-se com instituições administrativas tais como a Junta de Comércio e mesmo as próprias alfândegas²⁴.

Torna-se perceptível, portanto, que ao menos para alguns membros da cúpula de conselheiros de D. João VI e da *elite mercantil* formada no Brasil, a transferência da sede da corte portuguesa, bem como a abertura dos portos brasileiros, parecem ter sido muito mais uma reorganização interna da administração lusa, pela qual reforçava-se a centralidade da monarquia e o poder político-econômico de determinados grupos sociais²⁵, do que simplesmente uma subserviência aos interesses mercantis do Império britânico. E o mesmo pode-se perceber em relação ao tratado de 1810.

A argumentação de Jobson de Arruda, assim como a de outros autores²⁶, sugere que os acordos de 1810 agravaram a *crise* do sistema colonial português por que

²³ MATTOS, Ilmar Rohloff; 2005. p. 14.

²⁴ LOPES, Walter de Mattos. “A Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação deste Estado do Brazil e seus dominios ultramarinos”: um tribunal de Antigo Regime na corte de Dom João (1808-1821). 210f. Dissertação (Mestrado em História) - PPGH/UFF, Niteroi, 2009.

²⁵ DIAS, Maria Odila Silva. **A interiorização da metrópole (1808-1853)**. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). **1822: dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

²⁶ Ainda que com perspectiva similar à de Valentim Alexandre no tocante ao lugar das mercadorias do Brasil nas exportações portuguesas, Jorge Pedreira concorda que a liberalização do comércio do Brasil significou o fim do pacto colonial. Ver: PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. **Estrutura industrial e mercado**

privilegiava a importação de produções britânicas no Brasil em detrimento das portuguesas. Isso por que um dos acordos garantia vantagens tarifárias à importação de produtos britânicos, que pagavam taxas de 15% *ad valorem* sobre os produtos que vendiam ao Brasil. Os portugueses, por sua vez, pagavam taxas de 16% e os demais estrangeiros 24%. Em suma, argumenta-se que com as taxas assim configuradas, os produtos dos britânicos chegariam ao mercado do Brasil com valores sempre inferiores aos fornecidos pelos portugueses e demais estrangeiros, tornando-os mais atraentes ao mercado no Brasil²⁷.

À primeira vista, esse raciocínio parece bastante lógico. Entretanto, além dele não considerar os elementos já sublinhados por Valentim Alexandre e Jorge Ribeiro, essa interpretação sugere que os produtos mais baratos tenderiam a ser os mais procurados no Brasil e, portanto, sugere também que o mercado colonial do Brasil tenha sido caracteristicamente capitalista, o que está longe de ser um consenso na historiografia²⁸. Ademais, as taxas de importação não parecem ter sido suficientes para incentivar um bom desempenho das exportações do Império britânico ao Brasil.

Em inícios do século XIX, o Brasil não representava uma cifra significativa para as exportações britânicas, principalmente diante de outros tradicionais parceiros comerciais da Grã-Bretanha, em especial os Estados Unidos. Em seu livro sobre a economia do Império brasileiro, publicado em 1837, o economista inglês J. J. Sturz explicava que o Brasil importava da Grã-Bretanha, sobretudo nos períodos de maior intensidade do fluxo comercial anglo-brasileiro, um valor próximo a 1/3 de tudo que os estadunidenses compravam dos britânicos²⁹.

Segundo a correspondência de um cônsul dos Estados Unidos em Salvador, o Brasil importara da Grã-Bretanha, em 1808, cerca de £4.000.000 (quatro milhões de libras esterlinas)³⁰. E considerando-se que os Estados Unidos importaram, nesse mesmo

colonial. Portugal e Brasil (1780-1830). Portugal: Difel, 1994. Perspectiva similar também é observada na análise de Alan Manchester. Ver: MANCHESTER, Alan K; 1973.

²⁷ SILVA, Camila Borges, op.cit. 2012. p. 25.

²⁸ CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Melhoramentos no Brasil: integração e mercado na América Portuguesa (1780-1822).** 2001. 359f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niteroi, 2001. Ver também: FRAGOSO, João Luís; 1992; CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Agricultura, escravidão e capitalismo.** Petrópolis: Vozes, 1979.

²⁹ STURZ, J. J. **A review, financial, statistical & commercial of the Empire of Brazil and its resources: together with a suggestion of the expediency and mode of admitting Brazilian and other foreign sugars into Great Britain for refining and exportation.** Londres: Effingham Wilson, 1837. p. 6.

³⁰ HILL, Henri. **A view of the commerce of Brazil (1808).** Edição bilingue. Salvador: Banco da Bahia, 1964. p. 53.

período, £11.850.000 (onze milhões, oitocentas e cinquenta mil libras esterlinas)³¹ – portanto, aproximadamente, três vezes mais que o Brasil –, e considerando-se também a afirmação de Sturz, pela qual explica que o Brasil representava no total das exportações britânicas, um valor similar ao das suas Índias Orientais – 8,5% –, é possível concluir que o Brasil era um destino secundário para as produções do Império britânico. E é improvável que apenas um acordo comercial poderia reverter esse quadro.

Igualmente improvável é acreditar que a abertura dos portos do Brasil, por si só, modificaria a difícil situação do comércio externo da Grã-Bretanha no período. Ao menos essa parece ter sido a opinião do primeiro cônsul estrangeiro enviado ao Brasil após a abertura dos portos: o estadunidense Henri Hill.

O comércio britânico no Brasil sob a visão de um cônsul estadunidense (1808)

Os Estados Unidos e o Império português mantinham desde pelo menos 1795, um fluxo comercial pouco intenso. Os estadunidenses importavam de Portugal o sal e o vinho produzidos no reino, e exportavam, por sua vez, diversos gêneros alimentícios para subsistência, tais como grãos de trigo, farinha de trigo, peixes e arroz, consumidos, quase que totalmente, nas ilhas atlânticas portuguesas³². O vinho e o sal vindos de Portugal representavam, entre 1776 e 1808, a quase totalidade das exportações luso-brasileiras para os Estados Unidos, tendo os produtos coloniais do Brasil uma participação pouco expressiva nesse período³³. Comparativamente, entre 1795 e 1831, as exportações portuguesas para os estadunidenses nunca alcançaram os 9%; participação bem inferior à britânica, sempre superior aos 40% no mesmo período³⁴. Ainda assim, tanto Portugal quanto os Estados Unidos mantinham *cônsules* nas principais praças mercantis um do outro.

Desde meados do século XVIII, os cônsules já eram considerados agentes responsáveis por zelar pelo respeito aos direitos e privilégios mercantis das nações às

³¹ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. Op. cit., 2008. p. 3.

³² RIBEIRO, Jorge Martins; 2005, pp. 311-326.

³³ TAMMONE, Natalia. *Estados Unidos, Portugal e Brasil em uma época de transição: continuidade e inovação (1783-1824)*. 2012. 281f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. p. 54.

³⁴ RIBEIRO, Jorge Manuel Martins. *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*; 1997. p. 80.

quais prestavam seus serviços³⁵. Tal ligação com o setor mercantil pode explicar a não rara nomeação de importantes mercadores/negociantes como cônsules. Em Portugal, esses agentes eram, geralmente, negociantes nascidos e/ou residentes nas principais regiões com as quais os portugueses mantinham – ou almejavam manter – trocas mercantis. Eram responsáveis por manter a Junta de Comércio portuguesa a par de tudo que acontecia nas regiões em que atuavam. Deviam informá-la sobre o funcionamento de bancos e seguradoras, atualizá-la acerca de legislações e regulamentos referentes ao comércio, além de supervisionar o movimento dos portos, da agricultura e da navegação no território em que atuavam³⁶.

Em 1808, em decorrência do bom desempenho das exportações de vinho e de sal para os Estados Unidos, Portugal mantinha um cônsul na capital estadunidense. A partir de Washington, Joseph Rademaker correspondia-se com o governo luso informando-o sobre tudo que fosse considerado de interesse de Portugal. Quando a família real se mudou para o Rio de Janeiro, por exemplo, Rademaker informou o governo português que os negociantes estadunidenses mostravam-se interessados em comerciar com o Brasil.

D'aqui [dos Estados Unidos] se pode suprir o Brasil com os Generos mencionados na lista inclusa, e é provável que logo que este Governo [o dos Estados Unidos] levantar o embargo [à Grã-Bretanha e à França] os Negociantes procurem saber de mim se serão lá admitidos, e com que generos, rogo a V. Excia. [Vossa Excelência] me determine se os devo animar com a certeza de que S.A.R [Sua Alteza Real] os permitira a negociarem para o Brasil como de antes para Portugal, ou de qual modo S.A.R. for servido ordenar³⁷.

Em seguida, o cônsul enumerava os tais gêneros:

Lista de vários generos dos Estados Unidos da America: farinha, bolhaxa, carne de porco salgada, manteiga, queijos, vellas de

³⁵ VATTEL, Emer de. *O Direito das Gentes*. Prefácio e Tradução: Vicente Marotta Rangel. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, 2004. p. 212.

³⁶ RIBEIRO, Jorge Manuel Martins; 1997. p. 553.

³⁷ RADEMAKER, Joseph. [ofício] 24 fev. 1808, Washington [para] SECRETARIA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DE PORTUGAL; Lisboa. 2f. Narra os gêneros mercantis produzidos nos Estados Unidos e disponíveis para serem comercializados no Brasil. In: TAMMONE, Natalia; 2012. pp. 239-241.

espermacete, vellas de cebo, sabão, semente de linho, pólvora, maçame, alcatrão, pez, resina, termentina, papel, e vários³⁸.

Assim como ocorreu com a Grã-Bretanha, que sofrera uma relativa queda das suas exportações a Portugal, os negociantes estadunidenses esperavam que algo similar acontecesse com suas próprias vendas aos portugueses. Afinal, além de boa parte dos consumidores portugueses terem transmigrado junto com a corte para o Brasil, a ilha da Madeira, principal destino de seus produtos em Portugal, ficou isolada em função da guerra na Europa, bem como dos diversos embargos decretados pelos governos britânico, francês e estadunidense. E nesse ínterim, o Brasil, assim como as Américas do sul e central, passou a representar, também aos estadunidenses, uma alternativa ao comércio com a Europa. E não foi à toa que os Estados Unidos fossem a primeira nação estrangeira a montar um consulado no Brasil depois da transferência da corte, o que aconteceu com o envio do já citado negociante Henri Hill à cidade de Salvador.

As primeiras correspondências de Hill enviadas ao governo dos Estados Unidos em 1808 são fontes importantíssimas para se compreender o significado do comércio do Brasil para Portugal e para a Grã-Bretanha no período imediatamente posterior à abertura dos portos. Sua primeira carta, datada de 17 de novembro de 1808, foi encontrada pelo professor Luís Henrique Dias Tavares no Arquivo Nacional dos Estados Unidos em outubro de 1964. Ainda nesse ano, o professor, em parceria com o Banco da Bahia, decidiu publicar a carta de Henri Hill por meio de uma edição bilíngue da epístola. Infelizmente, apenas uma carta é encontrada na citada edição, porém trata-se da primeira, escrita com o fim de informar o governo dos Estados Unidos a respeito da nova situação do comércio do Brasil, incluindo-se tudo o que o Hill julgava de interesse dos Estados Unidos. E a carta, nesse sentido, é a própria representação do objetivo geral com que Hill fora enviado ao Brasil: atuar como cônsul.

Um dos aspectos centrais da carta de Henri Hill diz respeito a informações sobre o comércio britânico no Brasil. Para o cônsul, por falta de informações e em decorrência dos embargos comerciais enfrentados, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, os negociantes britânicos abarrotaram o mercado do Brasil com grande variedade de artigos impróprios.

³⁸ *Idem.* p. 240.

“O comércio inglês tem abarrotado o Brasil com quase todos os tipos de manufaturados britânicos. O estado político da Europa nos últimos dois anos, que fechou o comércio britânico no continente, e a privação de seu habitual comércio com os Estados Unidos, não permitiu que os comerciantes enviassem artigos mais adequados a esse mercado. (Tradução minha).³⁹

Em relação às principais produções britânicas, entre elas as manufaturas têxteis, Hill explicava que os britânicos enviaram uma quantidade gigantesca de manufaturas de lã, as quais tinham uma aceitação muito modesta no Brasil.

Deve ter havido também uma grande falta de informação na Inglaterra a respeito das demandas deste país [do Brasil] e dos artigos mais adequados para o seu fornecimento, ou ele não teria sido tão amplamente abarrotado com bens de lã, de couro, com mercadorias da Birmingham & Sheffield, com algodões mal sortidos e com uma grande variedade de artigos inadequados (...) (Tradução minha).⁴⁰

Como bem explicou Hill em outro trecho da carta⁴¹, a abertura dos portos do Brasil limitou-se – ao menos legalmente – à abertura de cinco portos específicos: o do Rio de Janeiro; o de Salvador; o de Recife; o de São Luís; e o de Belém. Nenhum porto ao sul do Rio de Janeiro foi liberado ao comércio externo, o que significa a exclusão dos portos de Santos, de Desterro – atual Florianópolis – e de Rio Grande, que apesar de não figurarem entre as principais praças mercantis do Brasil, ocupavam um papel fulcral para o mercado da região centro-sul. A vila de Santos figurava-se como sendo uma importante ligação entre o Rio de Janeiro e o interior de São Paulo⁴². Rio Grande, por sua vez, era escala da maioria das embarcações provenientes da movimentada região mercantil no estuário do Plata, além de também manter um intenso fluxo comercial com o Rio de Janeiro⁴³. Nenhum desses portos estavam permitidos a receber produtos britânicos diretamente, o que significa dizer que o comerciante britânico que almejasse vender seus

³⁹ HILL, Henri; op. cit., 1964. p. 15.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Idem. p. 42.

⁴² VALENTIN, Agnaldo. **Uma civilização do arroz: agricultura, comércio e subsistência no Vale do Ribeira (1800-1880)**. 2006. 405f. Tese (Doutorado em História Econômica), Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

⁴³ MENZ, Maximiliano M. op. cit., 2006.

produtos em uma dessas regiões tinha duas saídas: contrabandear ou vender em um dos portos abertos, que, posteriormente, reexportariam a produção⁴⁴. Provavelmente tenha sido esse um dos motivos pelos quais as exportações de lanifícios britânicos sofreram dificuldades no mercado do Brasil. Afinal, além dos portos abertos encontrarem-se em regiões com pouca demanda por artigos de lã, o acesso mercantil a áreas em que poderia haver maior consumo – como a centro-sul – dependia das reexportações feitas por negociantes luso-brasileiros a partir dos portos abertos.

E mesmo o desempenho de outros artigos fornecidos pelos britânicos, como os tecidos grosseiros de algodão, deve ser analisado com cuidado. Algumas regiões do interior, tais como diversas áreas em Minas Gerais⁴⁵ e Santa Catarina⁴⁶, contavam com a existência de uma nada desprezível *protoindustrialização* têxtil, responsável por atender boa parte da demanda por tecidos grosseiros nessas regiões.

Percebe-se que a correspondência do cônsul dialoga com as discussões que alguns autores desenvolvem a respeito da caracterização do mercado do Brasil de inícios do século XIX. Um mercado identificado por funcionar em um espaço territorial pouco integrado; em uma economia com formas de produção variadas, composta por bases escravistas e camponesas; e em meio a uma fraca circulação de moedas. Nas conclusões da carta, por exemplo, Henri Hill explicava aos estadunidenses interessados em comerciar com o Brasil:

Deve ser considerado que a população deste país [o Brasil] é de cerca de três milhões e que mais de dois terços são da classe que subsiste das produções próprias do país, para a qual luxos estrangeiros são totalmente desconhecidos. Além disso, nas províncias do interior, a maior parte dos habitantes se vestem com as suas próprias manufaturas de algodão grosso, algumas de lã e chapéus de couro. A distância e a má condição das estradas para os portos marítimos, juntamente com imposto sobre a passagem de mercadorias, tornam improvável que eles [os habitantes] possam absorver grandes suprimentos dos portos. (Tradução minha)⁴⁷

⁴⁴ NOVAIS, Fernando. A proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica portuguesa do fim do século XVIII. *Revista de História*, 142-143 (2000), pp. 213-237. p. 222.

⁴⁵ LIBBY, Douglas Cole. *Proto industrialização em uma sociedade escravista: o caso de Minas Gerais*. IN: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral, op.cit., 2002.

⁴⁶ SILVA, Augusto da. A economia da ilha de Santa Catarina no império português (1738-1807). *II Encontro de Economia Catarinense - Artigos Científicos - Área temática: Desenvolvimento regional*. 24, 25 e 26 de abril de 2008 - Chapecó - SC. p. 400.

⁴⁷ HILL, Henri. Op. cit., 1964. p. 36.

Isso quer dizer que o aumento da presença de produtos estrangeiros no Brasil, incentivado pela liberalização do comércio, não foi, por si só, determinante ao bom desempenho desses produtos nas diversas regiões que compunham esse mercado. Cada região, setor e praça mercantil, reagiu de maneira distinta às mudanças promovidas pela política comercial joanina, não havendo nenhuma uniformidade no que se refere às interferências da liberalização comercial sobre o *mercado interno* do Brasil. E as características desse mercado são o que auxiliam a explicação disso. Como bem apontou Cláudia Chaves:

O grande problema que permanece é a compreensão da natureza desse mercado. Em se tratando de uma colônia com um espaço territorial pouco integrado e com uma economia baseada na utilização de mão-de-obra cativa e de formas de produção de base familiar, temos que nos ater às suas peculiaridades. A fraca circulação de moedas é outro dado importante característico desse mercado e que torna, às vezes, difícil, uma ampla circulação de mercadorias⁴⁸.

Visto o destaque dado por Hill à complicada situação do comércio da Grã-Bretanha no Brasil, os principais objetivos de sua epístola parecem ter sido mapear esse comércio e orientar os negociantes estadunidenses que almejavam empreender aí novos negócios. É provável que por isso o cônsul tenha elencado na carta, uma lista com inúmeras observações acerca de diversos produtos comercializados no Brasil.

No quadro a seguir, foi elencada parte dos produtos que o já citado Joseph Rademaker listara como sendo os artigos que os estadunidenses ofereceriam ao Brasil caso seu comércio fosse liberalizado. E como boa parte desses artigos também foi mencionada na carta de Henri Hill, um produtivo cruzamento de informações tornou-se possível.

⁴⁸ CHAVES, Cláudia Maria das Graças. Op. cit., 2001. p. 39.

Quadro 1: Lista com alguns dos artigos fornecidos pelos estadunidenses ao Brasil (1808)

Artigo	Observações de Henri Hill
Carne de porco salgada	Não é muito usada nos navios portugueses, mas pode ser vendida à frota inglesa
Manteiga	Há grande quantidade de manteiga irlandesa no Rio de Janeiro, vendida com prejuízo pelo preço de 3\$000 (três mil reis) a barrica. Sendo menor a venda é mais fácil. Deve ser fresca
Queijos	Há pouco no mercado. Deve ser bom e vendido em pacotes pequenos
Vela de espermacete	Não há no mercado. Deve ter tamanhos sortidos
Vela de sebo	Grande quantidade produzida no Brasil. É barata
Sabão	Grande quantidade produzida no Brasil. Muito ruim, mas muito barato
Pólvora	Vendida por preço próximo aos \$240 (duzentos e quarenta reis) a barrica. Grande quantidade de salitre e algum enxofre existe no país. Uma fábrica de pólvora está sendo construída. Os ingleses importam milhares de barricas, que só podem ser vendidas ao governo.
Alcatrão	Há algum no mercado. É preferido o sueco, mas o nosso poderá tomar conta do mercado pela sua barateza
Essência de Terebentina	Procurada

Fonte: HILL, Henri. *A view of the commerce of Brazil (1808)*. Edição bilingue. Salvador: Banco da Bahia, 1964.

As observações de Hill sugerem que, para o cônsul estadunidense, a abertura dos portos do Brasil não era, por si só, suficiente ao crescimento das trocas mercantis brasileiro-estadunidenses, tampouco representava uma alternativa de comércio isenta de danos. É por isso que o cônsul desaconselha os negociantes de seu país a enviar mercadorias já existentes no mercado do Brasil, sobretudo os gêneros já fornecidos pela Grã-Bretanha ou produzidos no próprio Brasil. O mesmo explica as diversas observações do cônsul no que se referia aos prejuízos que a exportação de determinados gêneros ao Brasil conferiam aos negociantes de outros países, em especial, os do Império britânico. Em vários trechos da carta, Hill menciona prejuízos enfrentados pelos britânicos com a venda de determinados produtos no Brasil, entre eles o bacalhau e os tecidos de lã, que juntos representavam boa parcela das exportações britânicas feitas ao Rio de Janeiro e Salvador.

Quadro 2: Lista com alguns dos artigos fornecidos pelos britânicos ao Brasil (1808)

Artigo	Observações de Henri Hill
Bacalhau	Os ingleses trouxeram da Inglaterra e tem prejuízos com os seguintes preços: Salvador [8\$000 (oito mil reis) o quintal]; Rio de Janeiro [5\$000 (cinco mil reis) o quintal].
Tecidos	São procurados pelo comércio em qualquer tempo, com exceção das mercadorias de lã, especialmente em Salvador. Atualmente há estoques demasiados de quase todos os artigos ingleses, suficientes para os próximos anos e provavelmente serão feitas remessas do Rio para os Estados Unidos.

Fonte: HILL, Henri. *A view of the commerce of Brazil (1808)*. Edição bilingue. Salvador: Banco da Bahia, 1964.

Por fim, Hill explica ao seu governo que a abertura do comércio do Brasil não significou, para a Grã-Bretanha, uma saída para a delicada situação de seu comércio exterior. Ao contrário, segundo o cônsul, a falta de fornecimento de produtos primários pelos britânicos ao Brasil fazia o comércio anglo-brasileiro tender à diminuição.

(...) as desvantagens do comércio inglês com este reino, para o qual não fornece artigos de primeira necessidade e de cujas exportações habituais não participa, irá, sem dúvida, diminuir o consumo inglês nos próximos anos. (Tradução minha)⁴⁹

Hill fora enviado pelo governo estadunidense ao Brasil para atuar como cônsul, e isso significa que suas funções em Salvador estavam ligadas diretamente à esfera comercial. Em geral, os cônsules eram cidadãos ou súditos dos próprios Estados nos quais residiam, e prestavam serviços às nações estrangeiras interessadas em incrementar suas relações mercantis. Eram responsáveis por transmitir informações importantes sobre as relações comerciais da região em que atuavam, devendo manter seus respectivos governos atualizados no que se referia à legislação comercial, aos direitos alfandegários, à entrada e saída de navios nos portos, bem como ao funcionamento de instituições ligadas às finanças, à agricultura, à navegação, às artes, aos seguros, etc⁵⁰.

O conjunto dessas diversas funções explica o esforço de Hill em compreender o novo mercado aberto aos negociantes estadunidenses no Brasil e, por outro lado, auxilia

⁴⁹ HILL, Henri; 1964. p. 36.

⁵⁰ RIBEIRO, Jorge Manuel Martins. Op. cit., 1997. p. 553.

a compreensão da carta como *documento histórico*. Antes de se configurar como uma mera descrição do comércio no Brasil feita por um cônsul estrangeiro, a correspondência de Hill lança nova compreensão acerca das relações político-econômicas do Brasil após o que, para alguns autores, representou o fim do sistema colonial em 1808. Em suma, a carta do cônsul estadunidense trás elementos que recharacterizam as relações entre o Brasil, Portugal e a Grã-Bretanha no período posterior à abertura dos portos. O documento não se refere a uma dominação do comércio do Brasil pelos negociantes britânicos. Ao invés disso, Hill descreve um abarrotamento do mercado do Brasil, feito a partir do envio de uma quantidade gigantesca de gêneros britânicos impróprios ao comércio brasileiro.

Retomando o pensamento pelo qual se interpreta a abertura dos portos como condição determinante para que o Brasil passasse a fazer parte do *império informal* da Grã-Bretanha, é possível perceber que tal relação é, no mínimo, insatisfatória. Insatisfatória por que o comportamento do comércio anglo-brasileiro no período posterior à abertura dos portos não satisfaz à ideia de que a *metrópole informal* – a Grã-Bretanha – tenha substituído o domínio político sobre o Brasil por uma dominação da esfera comercial. Pela correspondência de Henri Hill, ao contrário, percebe-se a existência de muito pouco conhecimento dos negociantes britânicos acerca das especificidades do mercado do Brasil.

Considerando-se que o domínio político do Brasil ainda estava fortemente atrelado ao Estado português, bem como ao regime de padroado que unia o poder político da Igreja católica à monarquia lusa, torna-se imprópria a afirmação de que a abertura dos portos tenha representado uma ruptura para o *império* luso-brasileiro. Afinal a Grã-Bretanha não foi exitosa no controle sobre o comércio, tampouco sobre as estruturas político-administrativas que Portugal ainda mantinha sobre sua colônia na América. Enfim, após a abertura dos portos e os tratados comerciais de 1810, os britânicos continuaram – assim como nos séculos XVI, XVII e XVIII – exercendo sobre o Brasil um domínio político-econômico extremamente limitado.

Considerações finais

A abertura dos portos não deve ser encarada como um evento crítico, estimulador da desintegração dos elos entre a *metrópole* portuguesa e a *colônia* americana. A abertura dos portos fez parte de um outro processo maior de regeneração político-econômica do *império* português, na qual a transferência da corte lusa para o Brasil era uma das engrenagens para que esse novo *projeto imperial* fosse concluído. E esse projeto em si, em inícios do século XIX, contava com apoio nos dois lados do atlântico, o que sugere mais uma aproximação que um distanciamento político entre Portugal (metrópole) e o Brasil (colônia).

As mudanças que tangem à esfera comercial, em especial a liberalização do comércio e da navegação, também não representaram um dismantelamento do vigor do fluxo mercantil luso-brasileiro, tampouco um enfraquecimento desse fluxo diante do comércio com a Grã-Bretanha ou com qualquer outra nação. Liberar o comércio de uma colônia, por si só, não significa o dismantelamento das relações metrópole-colônia. Os elos que mantiveram Portugal e Brasil como partes de um só *império* são muito mais profundos e complexos. Apenas o estudo do cotidiano das relações *metrópole-colônia* podem nos mostrar como elas funcionavam. Dificilmente esse funcionamento será encontrado em decretos de abertura dos portos ou em acordos bilaterais de comércio. As respostas, se é que elas existem, terão seu caminho indicado por testemunhos, que como Henri Hill, acompanharam o dia-a-dia de todos esses relacionamentos.